

SETOR PÚBLICO

Alc *p 3*

União pode perder 11% da receita em 88 por causa da Constituinte

por Célia de Gouvêa Franco de São Paulo

As propostas tributárias em análise na Assembléia Constituinte, se aprovadas, vão significar uma redução substancial na receita da União já no próximo ano. De acordo com as atuais normas de divisão do "bolo" da arrecadação federal, no próximo ano os estados e municípios contariam com 27,1% do total. Se foram adotados os projetos já incluídos no anteprojeto da Constituinte, essa parcela passaria a 35,3%.

Com isso, a União teria uma redução de 11,2% na receita esperada para o próximo ano, informou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Andrea Sandro Calabi. Os estados e municípios, por sua vez, obteriam um aumento de 30% na sua receita. O orçamento para o próximo ano — que prevê uma receita de CZ\$ 2,153 trilhões e que vai ser apresentado ao Congresso até o final deste mês — está sendo montado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério da Fazenda com base nas normas de divisão e tributação em vigor.

Se essas normas forem alteradas e a União for obrigada a elevar sua transferência de recursos para os estados e municípios de CZ\$ 584,3 bilhões para CZ\$ 756,9 bilhões, existiriam três alternativas para se compatibilizar o orçamento da União

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS									
(em CZ\$ bilhões)									
	1988						1993 (Valores de 1988)		
	Constituição Atual			Projeto de Constituição			Projeto de Constituição		
	Receita Total	Estados e Municípios	União	Receita Total	Estados e Municípios	União	Receita Total	Estados e Municípios	União
Estimativa de Receita	2.153,5	584,3	1.569,2	2.153,5	759,9	1.393,6	2.153,5	910,6	1.242,9
Part. Relativa	100,0	27,1	72,9	100,0	35,3	64,7	100,0	42,3	57,7

e a proposta do Programa de Controle Macroeconômico de um déficit do governo federal de 2% no próximo ano.

Em qualquer um dos casos, a escolha seria feita pelo Legislativo, segundo Calabi.

Ou haveria um aumento na receita tributária, com elevação dos impostos, ou haveria uma transferência de encargos hoje assumidos pela União para o âmbito dos estados e municípios, ou o Congresso decidiria que o déficit vai ser mais elevado do que o previsto. Para Calabi, não existem dúvidas de que o atual anteprojeto de Constituinte é inconsistente em termos de compatibilizar sua proposta de reforma tributária com o interesse em reduzir o déficit público.

Para este ano, as maiores dificuldades em se atingir a meta proposta pelo Plano Macroeconômico — reduzir o déficit de uma estimativa de 6,2% para 3,5% até dezembro — estão nos estados e municípios. Para cumprir essa meta, o go-

verno federal, estados, municípios e estatais terão que cortar CZ\$ 300 bilhões em despesas-programas para este segundo semestre, sendo CZ\$ 59,9 bilhões da parte dos estados e municípios. A União e as estatais, garante Calabi, estão trabalhando nessa direção. Já no caso dos estados e municípios, o controle do governo central é bem menor.

A pressão para que os governos estaduais e municipais se enquadrem será feita basicamente por um rígido controle sobre os pedidos de endividamento, comentou o secretário do Tesouro, que participou de um debate sobre déficit público no seminário. "Os limites da intervenção do Estado", promovido pela Secretaria da Administração Pública da Presidência e Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap).

Outro debatedor, o deputado pelo PMDB de São Paulo José Serra concordou com a análise de Calabi sobre o projeto da Constituinte — para atender to-

do o que está no anteprojeto em termos de demanda de recursos seriam necessários "dois PIBs", comentou — mas enfatizou a necessidade de descentralização de recursos e funções. O professor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Carlos Longo, por sua vez, considerou que o atual nível de endividamento público — cerca de 50% do PIB — não é elevado pelos padrões internacionais.